



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL CMPC Bragança Paulista

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMPC – DE 13 DE JUNHO DE 2023

Às dezoito horas e vinte e quatro minutos do dia 13 de junho de dois mil e vinte e três, deu início, em primeira chamada, a **2ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Política Cultural de Bragança Paulista**. A reunião contou com a presença dos seguintes conselheiros: **Poder Público** – Vanessa Nogueira da Silva (Secretaria de Cultura e Turismo), Noieraldo de Souza Camilo (Divisão de Turismo), Ana Lúcia Pereira (Divisão de Cultura), Mônica Ribeiro de Lima (Funcionária de Carreira indicada pela Secretária), Tânia Regina Rosa Seminari (Secretaria de Governo, Desenvolvimento Econômico e Inovação), Adriana Paola Dávila Barbosa (Secretaria Municipal de Educação), Luciano Brochetta (Secretaria Municipal de Finanças), Maria do Carmo G. da C. Fraulo (Diretoria de Ensino). **Sociedade Civil** – Alessandro B de Brito (Música), José Walisson Feitosa Gomes (Cultura Digital e Audiovisual), Walter Menezes de Liz (Patrimônio Cultural, Material e Imaterial), Celso Luiz Capodeferro (Literatura, Livro e leitura), Euripedes Menezes de Liz (Cultura Tradicional e Popular), Izilda Aparecida de Toledo (Cultura Afro Brasileira), Cesar A.C. Dominicci Culturas Urbanas), Ana Paula de M. Penna (Culturas de Identidade Étnica), Atilio Noritomi (Culturas de Diversidade Sexual e de Gênero), Ruth Dalpino (Culturas de Diversidade Sexual e de Gênero), Severino Ferreira Silva (Culturas de Matriz Africana), Silvana C. de Almeida (Artesanato), Thais P. F. F. Pinheiro (Manifestações Culturais ligadas a Religiosidade), Luiza Ferreira de Almeida (Instituições de Ensino Superior sediadas no Município). A reunião se inicia sendo conduzida pela Secretária de Cultura, Vanessa Nogueira que apresenta as seguintes pautas: Informes da Secretaria de Cultura, Plano de Ação da Lei Paulo Gustavo, Planilha de Valores do Edital Paulo Gustavo, Informes do Conselho e Atribuições da Diretoria. Informa que a Secretaria está terminando de fechar o festival de inverno, com dificuldade com locais pois os tradicionais estão com obras, que é para estar na imprensa amanhã a maior parte do festival, que pode ser que ainda inclua muitas coisas. Que o primeiro assunto a ser tratado é a Lei Paulo Gustavo, que esta é a primeira ação depois da audiência pública on-line e presencial, que o compilado de ideias será passado, que o mais importante é aprovar o plano de ação, que foi passado para os conselheiros para que este possa ser inserido na plataforma chamada Transferegov, do Governo Federal, que o governo analisa o plano de ação, dá o ok e depois o município entra no cronograma de recebimento do recurso, com o dinheiro em caixa os editais são liberados, que assim que o conselho aprovar o plano de ação será mandado para a secretaria de governo – setor de convênios, que fará a implementação do plano na plataforma, que enquanto aguarda a aprovação o conselho pode trabalhar os editais. É apresentado em telão, ao conselho, o resultado da consulta pública, Ana Lúcia inicia dizendo que o documento apresentado é um compilado da consulta pública, Vanessa diz que foi questionado na audiência a área a qual as pessoas faziam parte, sendo audiovisual com 30%, artes cênicas com 22%, artes visuais com 20%, dança



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL CMPC

Bragança Paulista

com 11%, livros e literatura com 20%, música com 40%, patrimônio cultural com 15%, cultura popular com 21%, artesanato com 2% e outras áreas com porcentagens menores de um por cento, que a cadeira mais procurada é a de música, que tem muito músico na cidade, que 91% dos que responderam são residentes da cidade de Bragança Paulista, que o proponente tem que ser da cidade, que a Modalidade I foi dividida pelo Artigo 6º Inciso I na consulta pública teve como resposta, produção de longa metragem com 23%, produção de obra seriada com 15%, produção de telefilme com 14%, produção de curta metragem com 63%, produção de vídeo híbrido com 27%, desenvolvimento de projeto com 8%, Ana Lúcia explica que esta pergunta é referente ao recurso mais robusto que tem dentro da Lei Paulo Gustavo, que está englobado nesse artigo, que os outros são recursos menores, Vanessa continua apresentando que a Modalidade II, Artigo 6º Inciso II é de apoio a salas de cinema com implantação de sala pública com 50%, implantação de sala de cinema com 39%, implantação de sala de cinema itinerante com 35%, apoio a cinema itinerante com 30%, criação de cinema itinerante com 30%, criação de cinema de rua com 37%, que o restante não chega a um por cento, que a Modalidade III, Artigo 6º Inciso III é de formação, difusão e pesquisa e memória audiovisual, com apoio a cineclubes com 35%, apoio a mostra de cinema com 36%, apoio a festivais de cinema com 55%, formação em audiovisual com 42%, apoio a preservação audiovisual com 31%, pesquisas e estudos sobre audiovisual com 50%, incentivo e acesso a jovens com 0,7%, aulas de zumba e ritmos com 0,7%, que a modalidade IV, artigo 8º Inciso I é de apoio ao desenvolvimento de atividades de economia criativa e economia solidária, com apoio a grupo de artesanato com 77%, apoio ao coletivo da economia criativa com 74%, apoio a criação de coletivos com 74%, que o restante não chega a um por cento, que na Modalidade V, Artigo 8º Inciso II, em resposta à pergunta: Quais as categorias você considera que devam ser contempladas em edital?, foi respondido: produção cultural com 66%, projetos expositivos com 25%, curso de capacitação e aprovação de projetos com 42%, pesquisa científica com 8%, pesquisa artísticas com 25%, preservação de memória com 29%, finalização de produção com 5%, circulação de espetáculos com 35%, publicações com 16%, prensagem e impressão com 6%, desenvolvimento de projeto com 23%, com o restante menor que um por cento, que as sugestões gerais ficaram com relevância artística cultural com 81%, viabilidade de execução, contrapartida social, geração de emprego e renda, acessibilidade com empate de 49% a 41%, Ana Lúcia diz que não dá para colocar edital específico para nenhuma área e atender todas dessa forma, que para se fazer uma divisão sensata, viável e praticável deve fazer editais dentro de faixas financeiras, que pode ser feito um número de editais para uma faixa de valor para mensurar o valor do montante disponível, que a proposta ao conselho analisar é de dividir os editais dentro das faixas financeiras, que tem muitas classificações e é inviável colocar um edital para cada categoria, diz que está sendo proposto para o Ministério da Cultura um plano de ação simplificado, que foi trabalhado assim na Aldir Blanc, que não foi especificado quantos editais saíam em cada inciso, ou quantos editais de premiação ou de fomento, que o que foi especificado era que iria aplicar certo montante em certo inciso em editais de fomento e/ou premiações e/ou seleção de projetos, que o conselho



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL CMPC

Bragança Paulista

pode desejar que seja diferente propondo um plano de ação mais minucioso, mas o processo pode acabar sendo mais moroso e engessar as ações posteriores, que a secretaria recebeu um plano de ação do Governo do Estado nesse modelo simplificado, que foi dividido pelos artigos da lei, dizendo o quanto vai dispor em cada artigo sendo reservado 5% para pagamento de pareceristas e demais ações técnicas, que a proposta de plano de ação é seguindo os artigos da lei sendo, Art. 6º - Inciso I - Apoio a produções audiovisuais, com 763.456,03, Art. 6º - Inciso II - Apoio a salas de cinema, com 174.508,35, Art. 6º - Inciso III - Capacitação, formação e qualificação, com 87.614,43 e Art. 8º - Demais áreas da cultura, com 415.448,04, totalizando 1.441.026,85, que quer pedir ao conselho que entenda o que está sendo feito, que dessa maneira vai se ganhar tempo, enquanto as informações forem inseridas na plataforma, enquanto o ministério avalia e depois devolve, o conselho vai trabalhando os editais, que esse plano de ação deve ser aprovado pelo conselho antes de discutir os valores dos editais, Ana diz que o plano de ação serve para dizer ao ministério que o município quer o recurso integral para atender os incisos dentro de cada artigo, que nesse plano Bragança está dizendo que tem interesse em utilizar todo o recurso, que não se está dizendo se será longa metragem, curta metragem, vídeo ou podcast, que isso será definido de acordo com os projetos que darão entrada nos editais, que dentro dos valores propostos pode entrar projetos dos segmentos diversos e sobre a divisão dos valores nos incisos Ana Lúcia explica que essa divisão já vem definida pelo ministério, que a distribuição de valores está na lei e já vem na plataforma, que o valor já está estipulado por município, ao ser questionada sobre quem são os pareceristas que irão analisar os projetos, Ana Lúcia diz que foi aberto edital de pareceristas, onde profissionais da cultura, técnicos, com capacitação e experiência e que já participaram de várias bancas, que foi feito um chamamento de caráter nacional, que depois que foi aprovada e a documentação foi publicada, que a lista de pareceristas também foi enviada para o conselho e está disponível no site da Prefeitura, que dependendo da área será procurado dentro da relação de pareceristas qual é o mais apto a votar no edital, que são de três a cinco pareceristas por inciso, que na Aldir Blanc foi da mesma forma, que não é prudente chamar pareceristas da cidade para não ter envolvimento com os proponentes e causar dúvidas sobre a avaliação, em seguida a planilha do plano de ação é passada para o conselho, Ana Lúcia pede para os conselheiros olharem a planilha que foi enviada no grupo, pede que os conselheiros avaliem a planilha, tirem as dúvidas para deixar tudo muito claro para votar, após análise dos conselheiros, Ana Lúcia pergunta se há alguma dúvida, ninguém responde, em seguida pede que quem é a favor do plano de ação que levante a mão, em seguida pergunta quem é contrário ao plano de ação e é questionada sobre os operacionais da plano de ação, Ana explica que os operacionais são os pareceristas, consultorias, plataforma digital, estudos técnicos, suporte de acompanhamento, tudo aquilo que otimize a aplicação dos recursos no município e, após votação o plano de ação é aprovado por unanimidade para ser inserido na plataforma. Vanessa apresenta a pauta das propostas de valores, informa que a planilha foi enviada no grupo para análise do conselho, Ana Lúcia inicia explicando que na lei há a questão de cotas, sendo para pessoas indígenas 10% e para pessoas



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL CMPC

Bragança Paulista

negras 20%, que a proposta é trabalhar com a cota nos projetos, que havendo concordância do conselho essa pode ser a maneira mais clara para trabalhar com os projetos, que precisa atender essa determinação da lei, que isso estará identificado, que vai ter a autodeclaração para poder verificar, que no Artigo 8º foi feita uma divisão baseada na consulta pública, sendo a Faixa 1 com quatro projetos de até trinta mil reais, Faixa 2 com seis projetos de vinte mil reais, Faixa 3 com cinco projetos de até quinze mil reais, Faixa 4 com quatro projetos de dez mil reais e Faixa 5 com oito projetos de até oito mil reais, com um total de vinte e sete projetos, diz que é melhor que o conselho discuta artigo por artigo e inciso por inciso para não ficar confuso, em seguida abre a palavra ao conselho, onde se questionam os valores baixos dos projetos, Ana Lúcia lembra que na reunião anterior ficou definido de colocar valores menores para atender mais projetos, que qualquer alteração altera o todo, que na planilha já está contando com os 5% dos operacionais, em seguida pede aos conselheiros para avaliarem a proposta, Vanessa diz que sabe que é uma lei que vai atingir a todos, mas é uma lei que contempla mais o audiovisual, que tem que avaliar os valores porque depois que colocar no edital não dá para mexer mais, que agora ainda pode mexer, foi questionada se existe demanda pra essa quantidade, Ana Lúcia diz que a demanda é o compilado da consulta pública, Walisson diz que pelo que ele observou está fechado na pesquisa, Ana Lúcia reafirma que está norteado pela pesquisa, que se entende que esses valores comportam o maior número de projetos dentro do artigo específico, Walisson diz que o audiovisual demanda muito recurso, que é um trabalho mais custoso, que vê que o maior problema é o valor de quatrocentos e quinze mil que vai abranger mais categorias de projetos, que pode ter projeto que seja acima desse valor, que pela quantidade de cadeiras talvez não seja suficiente, mesmo que dilua em valores menores, Vanessa diz que é uma parte, que tem o Governo do Estado, que na própria Lei Paulo Gustavo o estado também fará os editais dele e que todos podem participar independente de entrar no municipal, Ana Lúcia diz que ainda pode acontecer de abrir edital e não ter projetos aprovados, que poderia contar com a Aldir Blanc para atender outras áreas, que na Lei Paulo Gustavo, do um milhão e quatrocentos, quase novecentos mil é exclusivo para audiovisual, que a Aldir Blanc é um milhão e duzentos para todo mundo, ao ser questionada se nesse caso poderia entrar com prioridade para uma área e quando entrar outro recurso distribuir para outras áreas, Ana Lúcia explica que é possível, mas, que quanto mais recurso colocar em cada projeto, menos pessoas serão atendidas, Vanessa diz que pode ser dividido em etapas, cada uma com um valor, fazer um Proac Lei Paulo Gustavo específico, Ana Lúcia diz que o mesmo projeto pode ser pleiteado nos dois editais (municipal e estadual), Ana Lúcia pergunta se há mais alguma dúvida na primeira etapa, ninguém responde, pergunta se há alguma observação quanto ao número de projetos e valores, não há dúvidas, Eurípedes que a faixa cinco de cinco mil reais está muito baixo, sugere excluir a faixa cinco, Ana Lúcia explica que existem produtores no município que são muito modestos, que eles precisam começar de alguma forma, que essas pessoas não vão entrar em um projeto de trinta mil reais, que precisa ter editais para essa faixa de pessoas, que essas pessoas só vão crescer e se fortalecer com a ajuda desse conselho, que esse



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL CMPC

Bragança Paulista

valor foi colocado pensando nessas pessoas, que quem vai definir é o conselho, mas o trabalho do conselho é pelo coletivo, que é para o artista da zona rural, que faz seu trabalho de pintura, modesto, que quer só fazer uma exposição, e para isso só precisa do transporte, que tirar esses projetos de valores pequenos não vai acrescentar nada de grandioso nas outras faixas, os conselheiros apresentam propostas e avaliam as possibilidades de alteração dos valores e de número de faixas, Walisson diz que foi feita uma consulta pública com base no valor de quatrocentos e quinze mil, que existem projetos maiores e então é inviável mexer nos valores maiores, diz para levar em consideração que as faixas que foram apresentadas foi baseado na consulta, que já tem uma demanda para isso, que os cinco mil atenderia uma categoria de pessoas, que se aumentar talvez não atenda essas pessoas, que para algumas pessoas dois mil seria suficiente para um projeto inteiro, que se seguir a pesquisa que foi feita o conselho será mais assertivo, que se ver as possibilidades não vai sair da discussão, que acredita que o valor apresentado é o valor mais correto nesse momento, Ana Lúcia diz os recursos são finitos, mas que as necessidades das pessoas são infinitas, que qualquer alteração fará pessoas ficarem de fora, Vanessa diz que na Aldir Blanc os projetos de três mil reais é que teve mais procura, Ana Lúcia diz que de nenhuma maneira será totalmente justo, mas dessa forma que está proposto e embasado pela consulta e entende que seja o caminho mais adequado a seguir, Ana Lúcia diz que o modo de apresentação ao conselho dos recursos já divididos foi feito por etapa para clarear a visão do conselho, mas todos receberam a lei e a regulamentação, que os conselheiros precisam ler os documentos enviados, que tem dúvidas, que a Vanessa tem dúvidas, e mesmo quem ler terá dúvidas, mas se não ler não poderá questionar com embasamento, Izilda pede para colocar a planilha apresentada em votação e diz que, se essa planilha for aprovada no formato que está, não serão discutidas outras propostas para ela, Izilda pergunta quem é a favor da planilha como está, treze votam a favor, Ana Lúcia diz que oito não votaram, portanto é aprovada a planilha apresentada, Ana apresenta a segunda planilha do Artigo 5º Inciso I de setecentos e sessenta e três mil reais, sendo a Faixa 1 com dois projetos de cem mil reais, Faixa 2 com quatro projetos de cinquenta mil reais, Faixa 3 com oito projetos de vinte e cinco mil reais, Faixa 4 com dez projetos de dez mil reais, Faixa 5 com seis projetos de cinco mil reais, com um total de trinta projetos, Walisson diz que na primeira reunião conversou com vários produtores audiovisuais de Bragança, que não é possível fazer um longa-metragem com setecentos e sessenta mil reais devido ao custo, mas que é possível fazer pequenas produções de média-metragem, que no caso dos projetos de cinco mil reais, que deu oficina por cinco mil reais, de cinema e edição de vídeo, que conhece produtores que dariam essas oficinas, que com a faixa de cem mil reais é possível fazer um média-metragem, considerando utilizar atores amadores de Bragança Paulista, que não dá para trabalhar com profissional, que o material do audiovisual é muito caro, mas dá para fazer um trabalho muito bom e dá para contemplar projetos grandes, que na faixa 2, de cinquenta mil reais, dá para fazer oficinas preparatórias para pessoas que querem aprender a dirigir ou produzir um filme, que os valores foram destrinchados pela pesquisa, que acompanhou a pesquisa, que quem respondeu são pessoas ativas no audiovisual e tem noção do



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL CMPC

Bragança Paulista

custo para fazer a produção, que setecentos e sessenta mil reais é pouco para tudo o que o audiovisual quer fazer, mas foi tentado colocar um número de projetos para impactar o maior número de pessoas, que na pesquisa deu quase noventa por cento só para curta-metragem, que se atende produtoras e qualquer pessoa com o celular pode participar e entrar nessa categoria, que não mexeria na planilha, Izilda pergunta quanto tempo é o curta-metragem, Walisson responde que é de um até vinte minutos, média-metragem até cinquenta minutos e o longa-metragem até duas horas, Ana Lúcia diz que Walisson é um técnico da área e que ele esclareceu muito o assunto, que o desejo da gestão pública é manter o recurso no município, que houve o questionamento no sentido de saber quem tem equipamento audiovisual no município Walisson diz está atuando no cinema faz dez anos, trabalhando como professor na área de cinema, que Bragança tem uma escola particular de cinema, que está produzindo quatro curta metragem, cada um com vinte minutos, por cinco mil reais, que cada um na sua área faz o que ama, que se ama faz de graça, que fica horas no set, que a Vanessa cedeu o local para gravação de um curta, que o valor pode parecer pequeno, mas para quem está começando é um grande incentivo, que o produtor vai se sentir importante dentro do que está fazendo, que o produtor de cinema já faz de graça, se receber cinco mil reais fará sorrindo, que as pessoas que preencheram o formulário já apresentaram que o valor é suficiente para o projeto, que acredita que esse valor contempla democraticamente todas as categorias que se trabalha no cinema, Izilda agradece a explicação de Walisson e coloca planilha do Artigo 5º Inciso I em votação, após votação é aprovada por unanimidade, Ana Lúcia apresenta o Artigo 5º Inciso II e explica que esse inciso é sobre apoio a reformas, restauração, manutenção e funcionamento de salas de cinema, incluída a adequação a protocolos sanitários relativos à pandemia da Covid 19, sejam elas públicas ou privadas, bem como cinemas de rua e cinemas itinerantes, que o recurso total é de 174 mil, Ana Lúcia apresenta as faixas, sendo a Faixa 1 com três projetos de vinte mil reais, Faixa 2 com três projetos de quinze mil reais, Faixa 3 com quatro projetos de dez mil reais, Faixa 4 com três projetos de cinco mil reais e Faixa 5 com quatro projetos de três mil reais, explica que os valores estão pequenos porque é só cento e setenta e quatro mil reais, Alisson diz que nesse o conselho poderá contribuir bastante porque na pesquisa, nessa parte é um pouco confuso compreender esses valores, que se fizer uma análise de atendimento das salas públicas e privadas da cidade, não tem cinema público na cidade, mas poderia investir bastante na parte do cinema itinerante e de rua, que dá para destrinchar esses valores para cinema de bairro e diminuir o valor dos privados, Ana Lúcia pergunta qual o valor para o cinema privado, Ana Lúcia pergunta se na opinião de Walisson se deve mexer em valores ou quantidades, Walisson pergunta se quando vai fazer o edital é determinada a questão do privado, Ana Lúcia diz que não e que a lei está falando que é para salas de cinema público e/ou privado, que o edital não vai restringir, que o público e o privado podem concorrer na mesma faixa, ao ser questionado o quanto ele acha que precisa em termos de valor para fazer um cinema na rua, Walisson responde que acredita ser possível com dez mil reais no total, ainda dando pipoca, o conselho discute as possibilidades de adequação dos valores nas faixas e é levantado o privado já tem o



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL CMPC

Bragança Paulista

seu ganho e tem que se sustentar, que se não puder colocar no edital seria bom restringir o valor para nem ser interessante para o privado concorrer, Vanessa diz que concorda com os argumentos do conselho, mas quer apresentar um ponto de reflexão, que Bragança tem o Cine A e outro no Shopping, que o Cine A só não fechou por causa da Aldir Blanc do ano passado, que essa lei aconteceu pensando nos problemas causados na pandemia, que não adianta atacar o privado porque o privado também gera empregos e também precisa se movimentar para sobreviver, que essa é só uma reflexão, que precisa atingir o máximo de pessoas possíveis, mas se não fosse a Aldir Blanc o Cine A estaria fechado, Walisson diz que faz dois festivais, que eles cobram a diária de quatro mil e quinhentos reais, que o Cine A está vivendo de eventos e não de cinema, mas ele é uma rede e tem se sustentado com a rede, que se diminuir o valor da faixa não ficaria tão interessante para ele concorrer, mas valores menores ainda ajudam quem está precisando, que os valores menores servem para usar em manutenção de ambientes também e isso pode ser interessante para o cinema, Walisson diz que o Cine A é uma rede pequena, que se definir os valores o próprio artigo vai filtrar, Ana Lúcia pergunta se fora a proposta do Alisson mais alguém tem proposta, esclarece que a proposta é de tirar a Faixa 1, que vai colocar na Faixa 2 mais dois projetos de quinze mil, na Faixa 3 mais dois projetos de dez mil reais e na Faixa 4 mais dois projetos de cinco mil reais, Izilda coloca em votação o Artigo 5º Inciso II, primeiro coloca em votação a planilha original, ninguém votou, em seguida colocar em votação a proposta do Walisson que é aprovada por unanimidade, Ana Lúcia apresenta o Artigo 5º Inciso III e explica que o tema é capacitação, dotação e qualificação do audiovisual, apoio a cineclubes e a realização de festivais e mostras de produções audiovisuais, preferencialmente por meio digital, bem como realização de rodadas de negócios do setor audiovisual, da memória e preservação, digitalização de obras ou acervos audiovisuais ou ainda apoio a observatórios a publicações especializadas e a pesquisa audiovisual, Ana Lúcia diz que o valor é de oitenta e dois mil reais, sendo a Faixa 1 com cinco projetos de quinze mil reais e a Faixa 2 com um projeto de oito mil reais, Walisson diz que são muitas coisas que o artigo contempla, porém Bragança não tem suporte, por exemplo restauração filme, que várias coisas não entra, que acredita ser melhor investir o valor total em festival de cinema, por exemplo o Festival do Minuto, que o adolescente pode participar com o seu celular, que seria muito mais proveitoso do que diluir em cinco projetos, que não há essa demanda na cidade, Ana Lúcia diz que a única maneira de fazer o que ele está falando é juntar esse valor e abrir mais um edital para festivais, que o edital tem que ser chamada para editais, ou não tem como garantir, Walisson pergunta se é possível, Ana Lúcia confirma, Walisson pergunta se tem cineclube na cidade, Ana Lúcia confirma que sim, Vanessa diz que Paulo Belo tem muito material que precisa digitalizar, Walisson diz que é válido e que a divisão vai atender tanto cineclube como pessoas que fazem digitalização de vídeos antigos, Izilda coloca em votação o Artigo 5º Inciso III, a planilha original, após votação é aprovado por unanimidade. Vanessa diz que tem mais duas pautas, o informe do conselho e atribuições da diretoria, pergunta se podem ser passadas para a próxima reunião, abre a palavra aos conselheiros, Pai Bil diz que tem uma fala da sua cadeira, que sua



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL CMPC

Bragança Paulista

fala não é mimimi, que é só reivindicar seus direitos e necessidades, que esteve na Câmara Municipal Mês passado apresentando suas dificuldades, (seu filho lê o texto), “que como conselheiro do Conselho Municipal Cultura venho através desta trazer as demandas da cadeira, dos povos de matriz africana, gueto, angola, umbanda, etc, venho trazer as dificuldades que passamos e a grande luta para manter as tradições em meio a tanta ridicularização e perseguição por todos os cantos do nosso país, vivemos em uma sociedade extremamente preconceituosa que não quer ter resiliência para o diálogo aberto e atencioso para com nossa cultura, que demanda musicalidade, danças, percussão, culinária, vestimenta, idioma, filosofia, manifestação popular e fé, há uma necessidade de realização no segundo fórum (não entendi), pois sabendo que fazemos parte desse conselho e o mesmo exige funções para a realização desse trabalho desde agora, para que nosso ruídos não sejam ouvidos apenas em novembro, no dia da Consciência Negra, mostrando que em Bragança Paulista o movimento está muito vivo e presente, detalhando os projetos um a um e trabalhando vertentes que resgatam a ancestralidade que mostram aos mais jovens que sabemos de onde viemos e o que carregamos conosco, através da nossa cultura, o passado e o presente e fazendo do futuro o nosso maior triunfo, trago essas demandas para esse conselho, pois precisamos criar mais ações e trabalhos voltados ao segmento e através desse conselho pode ser analisado e discutido, grato”, Pai Bil pede ao conselho, que futuramente, tenham decisões para que beneficiem as tradições e que todos tenham conscientização do que se quer fazer, que as políticas públicas deveriam funcionar, que tem situações, que deveria ter ido a Brasília em março e não foi por questão financeira, que muito do que fez foi com dinheiro do próprio bolso, que Bragança e região tem uma grande demanda de pessoas, que quando chega aos fóruns e no congresso representa o município de Bragança, Vanessa agradece a fala de Pai Bil e diz que é preciso cobrar e trazer projetos para que possa estar fazendo funcionar, que nas próximas reuniões deveria colocar em pauta a fala do Pai Bil a respeito do orçamento quando acontecer o fato de precisar, que agora tem dinheiro no fundo, que deve utilizar para essas situações, tanto da cadeira do Pai Bil e para a representatividade de outras cadeiras também, Pai Bil diz que passou por algumas situações esse ano, que Vanessa o ajudou na hora do sufoco, que sua luta não é só pela fé, mas pela sua cor, sua raça, que passou por uma situação em que ficou quieto e não sabia que a lei tinha sido votada em maio do ano passado, que a Lei 5523 é do calendário cultural de Bragança, que é a festa de Oxóssi, São Sebastião, que as tradições dos outros povos têm sua religiosidade respeitada e nem precisam de apoio da prefeitura, que eles têm suas próprias casas e grande salões, que quando fala dizem ser mimimi, que sente o mimimi em sua pele, que Vanessa o auxiliou na situação, que onde for vai estar reclamando e lutando, que vai virar um cara chato porque sente na pele, que vai chegar o dia que não precisar do município para realizar essa festa, Vanessa diz que ele precisa apresentar as situações para juntos encontrarem a solução dos problemas, que os prédios da Secretaria de Cultura estão à disposição para os eventos culturais, Vanessa apresenta a pauta sobre as atribuições da diretoria, que precisa que os conselheiros da diretoria se organizem para cuidar das convocações, do e-mail e das senhas do



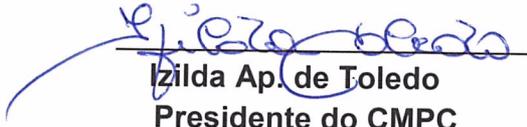
CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL CMPC

Bragança Paulista

conselho, que defina quem vai cuidar das atribuições do conselho, para criar um grupo da diretoria, Izilda pergunta se os conselheiros leram a ata e a coloca em votação, após votação é aprovada por unanimidade, Izilda diz que a próxima reunião será dia onze de julho. Nada mais havendo a tratar, às vinte horas e dezesseis minutos, Izilda deu por encerrada a reunião, tendo sido lavrada por mim, Vanessa Nogueira, a presente ata, a qual após aprovada será devidamente assinada por pela presidência e por mim, sendo anexada a lista de presença da reunião.



Vanessa Nogueira
Secretária de Cultura e Turismo



Izilda Ap. de Toledo
Presidente do CMPC